

clona em um galpão e só depois de nossos gritos nesta Assembleia e nossos protestos através de reportagens nos jornais, o Sr. Secretário da Educação permitiu a transferência para o prédio novo. Se não bastasse tudo isso, Sr. Presidente, desta tribuna, outros Srs. deputados denunciaram o fato de um estabelecimento de ensino ter sido fechado, pois não se encontrava em condições de funcionamento, tendo sido todos os alunos, pagos pela Secretaria da Educação, encaminhados para estudar em escolas particulares, prestigiando-se, assim, a escola particular.

Temos ainda, Sr. Presidente, a situação aflitiva das mães de família desta grande cidade, que, às vésperas das matrículas de seus filhos, saem às 4 horas da madrugada para fazer fila diante dos estabelecimentos de ensino, a fim de conseguir uma vaga para a educação de seus filhos, sendo, às vezes, impossível conseguir essas vagas. Vão, então, para as escolas particulares, pagando 15 mil cruzeiros de taxa e 6 mil cruzeiros de mensalidade. Imaginem um pai de família que percebe o salário-mínimo: como poderá educar seus filhos?

De maneira, Sr. Presidente e Srs. deputados, que este é o aspecto negativo do ensino em nosso Estado. Ontem, o governo gastou bilhões de cruzeiros em convênios, desnecessariamente. Construíram-se centenas de estabelecimentos de ensino, nesta Capital, que, à noite, permanecem fechados. Se possui o prédio, se possui as carteiras, se possui o corpo docente, se, realmente, o governo desejasse resolver o problema educacional em São Paulo, o que faria? contrataria professores e esses edifícios no período noturno, para oferecer educação aos filhos dos trabalhadores, que não dispõem de recursos nem condições para educá-los.

Esse seria um discernimento administrativo. Mas este governo não quer resolver o problema educacional; este governo não quer educar ninguém; este governo não quer instruir ninguém; este governo quer apenas atender às suas conveniências, às conveniências da sua política.

É muito fácil criar grupo escolar em qualquer bairro desta cidade, para depois edificá-lo. E sairia uma insignificância contratar corpo docente. Faltariam alunos? Não. Mas o que ocorre é que o governo prestigia a escola particular, em detrimento da escola pública.

Essa é a dura e desgraçada realidade, nobre deputado Scalamantré Sobrinho. É um descalabro administrativo; é falta de tirocínio, de boa-vontade; é falta de planejamento; é falta de coerência administrativa.

ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. JOSÉ SABINO.

O Sr. Scalamantré Sobrinho — (Com assentimento do orador) — Nobre deputado José Lurtz Sabia, V. Exa. tem razão. O que está ocorrendo é o seguinte: o governo anterior, do Professor Carvalho Pinto, agiu objetivamente no sentido de construir edifícios escolares condignos à mocidade de São Paulo. Infelizmente, porém, nem todos foram concluídos em seu governo; estão sendo terminados, em pequenos detalhes, no atual governo, que inaugurará alguns. Este governo, como bem disse V. Exa., não está interessado em dar ao ensino primário, secundário e mesmo superior um cubho popular, eis que está amparando a iniciativa particular, fugindo do princípio vigente no século atual, em que a educação e a saúde, principalmente, devem ser oferecidas ao povo. Tanto isso é verdade que a Constituição Federal e a estadual estabelecem a obrigatoriedade de certa parcela do orçamento, no sentido de se atender à educação. O que ocorre aqui em São Paulo é o seguinte: muitos prédios estão concluídos, prontos, e concedidos os recursos pelo governo do Professor Carvalho Pinto. Mas, pasme V. Exa., quase todos estão fechados. Em Vila Mariana, na Rua Humberto I, há um prédio para grupo escolar pronto há mais de ano; entretanto, ele não funcionou o ano todo, porque o governo não se interessou, não quis. No mesmo bairro, no conjunto residencial do Lar Brasileiro, onde antigamente se encontrava o Instituto "Ana Rosa", também há outro prédio pronto há muito tempo, há mais de ano, que igualmente não está funcionando. No caso a que V. Exa. se refere, o governo emprestou o prédio para uma entidade particular, para funcionamento de um ginásio. Isso se está transformando em "casa de João-ninguém". É uma barbaridade. E o governo quer criar uma Secretaria de Planejamento! Só se está querendo criar e Secretária para seu planejamento, porque não tem capacidade nenhuma de planejamento. Não há planejamento algum; há apenas "bagunça" organizada — perdos-me V. Exa. ter de usar esta expressão no seu maravilhoso discurso. O Governador do Estado diz que é amante da Democracia, que é o baluarte da Democracia; entretanto, agindo da maneira como está agindo no setor da educação, tenho a impressão de que seu pensamento não é esse, é justamente o contrário. Em minha lei de auxílios, dei mais de 60 bolsas de estudo para estudantes pobres, quando não haveria necessidade delas se o governo tivesse posto em execução o plano iniciado pelo Professor Carvalho Pinto, pondo em funcionamento os prédios destinados a escolas que aí se encontram.

ASSUME A PRESIDÊNCIA O SR. AUGUSTO DO AMARAL.

O Sr. JOSÉ LURTZ SABIA — Muito obrigado pelo seu aparte, nobre deputado Scalamantré Sobrinho, que vem abrilhantar meu modesto discurso.

Quando estive em Vila Plúcente, falando com os trabalhadores, assumi o compromisso de lançar, no plenário desta Assembleia, campanha contra o Secretário da Educação, que não surtiu quase efeito. Saí com alguns deputados desta Casa que, no

mês de fevereiro, que antecede a abertura do ano letivo, saíamos pelas cidades, indo às praças públicas, às portas dos estabelecimentos de ensino, para mostrar a barbaridade que este governo está cometendo.

Creio que com um movimento desta ordem, organizado não com fins políticos ou publicitários, mas objetivando a solução do problema educacional, em todos os seus detalhes, e pedindo o apoio do povo, o governo não aguentaria manter um Secretário deste em Pasta tão importante. No bairro de Vila Bela, esta escola particular não vai conseguir se instalar, nem que o governo coloque forças policiais na porta, para garantir sua instalação. Não vai, porque ninguém ousará enfrentar o povo daquele bairro. Eu disse ao diretor do estabelecimento: "É melhor e Sr. recuar em seu propósito". Nós saímos daqui às 19,30, chegamos lá às 19,45 horas, e já havia 150 pessoas; às 20,30 já havia mais de 1.000 pessoas: pais, mães, alunos, à espera de que providências fossem tomadas, à espera de que o governo, ao invés de dar o prédio, instalasse no local um ginásio.

(Assume a Presidência o Sr. Floro Pereira da Silva.)

O Sr. JOSÉ LURTZ SABIA — Mas o que é triste é doloroso afirmar é que nós poderemos impedir a instalação, no prédio, da escola particular; entretanto, o governo não irá instalar ali o ginásio.

Ali estive, em companhia do deputado Raul Schwinden, que iniciou este movimento. E, conversando com S. Exa., hoje, disse-lhe do propósito de sairmos à praça pública, chamando a atenção do povo para os estabelecimentos que estão fechados e exigir do governo a sua instalação; acabar com as filas de madrugada nas portas dos estabelecimentos de ensino, impedindo que determinadas organizações particulares explorem os trabalhadores; proceder a um levantamento das bolsas de estudo concedidas. Acabar, enfim, com essas imoralidades, com essas barbaridades, pois o processo da educação deve ser o único a não sofrer essas falhas.

O Sr. Scalamantré Sobrinho — (Com assentimento do orador) — Diz bem V. Exa., nobre deputado José Lurtz Sabia, que o povo do bairro de Vila Bela não permitirá que se cometa essa barbaridade. V. Exa. esteve lá. Este deputado, se for preciso, também estará lá para ajudar V. Exa. Não me arrependo de haver dito a V. Exa. que referentemente ao estado do ensino está uma bagunça organizada. Ainda há poucos instantes encontrava-me no "plenarinho", no Salão 23 de Maio, com um grupo de moradores de Vila Sônia que, depois de falarem com outros senhores deputados, vieram pedir-me que intercedesse junto ao Governo para que se instale o Ginásio de Vila Sônia, que está construído há um ano. Em todos os recantos da Capital vemos prédios construídos e abandonados. Há poucos instantes soubemos do caso de Vila Mariana, em que há dois prédios há mais de um ano paralizados. E a ideia que V. Exa. lançou de se fazer uma caravana pelo Interior e discutir tecnicamente o assunto, fazer com que o povo se aperceba da gravidade da situação e verifique o que realmente se deve fazer, é uma ideia brilhante de V. Exa. Eu sinto não ter mobilidade fácil na Capital, mas se V. Exa. organizar caravanas eu estarei junto, a fim de que o povo fique sabendo da verdade porque é preciso acabar com essa demagogia, não só desta Casa como do Executivo também, acabar com isso de uma vez por todas porque a situação não está para brincadeira. O povo está passando fome e além da fome ainda essas dificuldades de educação, não é possível, é preciso mesmo dar um paradeiro nisso. V. Exa. pode contar com a minha colaboração em qualquer sentido.

O Sr. JOSÉ LURTZ SABIA — Muito obrigado a V. Exa. Eu acho plausível, razoável que tenhamos a possibilidade de promover esse trabalho de esclarecimento, esse trabalho de pregação para que o Governo entenda que não pode mais manter uma Secretaria de Estado de tamanha importância completamente abandonada, completamente desorganizada, completamente anarquizada. São os fatos que aí estão sendo expostos que justificam plenamente a nossa repulsa, e nosso constrangimento. Lastimavelmente parece que as nossas palavras vão se esvaindo, desaparecendo no longo horizonte da anarquia administrativa sem ressonância e sem acústica que possa chegar aos ouvidos do Governo — creio até que o Governo nem tenha mais o aparelho auditivo, esteja totalmente surdo, não apenas aos nossos reclamos, aos nossos protestos, mas especialmente às necessidades da grande coletividade, do grande e extraordinário Estado-líder da Federação, o Estado-bandeirante, o Estado de Piratininga.

Sr. Presidente, Srs. deputados, o nobre deputado Farabulini Júnior teve o trabalho de apresentar um projeto de lei que dispõe sobre a criação de ginásio estadual no bairro do Sumaré. Este projeto elaborado pelo deputado e todos os outros elaborados pelos nobres deputados, vão às Comissões Técnicas da Casa, recebem parecer, vêm ao plenário, aprova-se em primeira discussão, voltam às Comissões de Mérito, volta à segunda discussão, aprova-se o projeto, é remetido ao Governo, o Governo vota, perdido todo o trabalho. E é o que o governo tem feito nesta Casa: vetado a criação e instalação de vários estabelecimentos de ensino, sem atender às necessidades prementes do nosso povo, do nosso infante, da nossa juventude. Por incrível que pareça, este projeto é do ano de 1957, de junho de 1957. Ora, não é possível isto; seis anos o projeto de lei a ficar trancafiado nas ga-

vetas deste Parlamento para vir a ser aprovado. É pena que após a aprovação o governo vote o projeto e a minoria não tenha condições para derrubá-lo, vendo, assim, perdido todo o seu trabalho.

Sr. Presidente e Srs. deputados, é uma lástima que São Paulo tenha regredido tanto. É uma pena que as divergências políticas tenham dividido o eleitorado para permitir a volta ao governo de um processo retrógrado e, superado.

O grande estadista Winston Churchill afirmava sempre que o povo tem o governo que merece. Mas, tenho eu a impressão de que o povo não merece tamanha infelicidade. É infelicidade demais para um povo um governo nestas condições. É uma desgraça.

Graças a Deus, abril de 1965 marcará definitivamente o término deste processo político, porque o atual Governador tem suas vistas voltadas para o pleito presidencial. E, sendo candidato, por imperativo constitucional, terá de se desincumbir do Estado esse vulto que aí está, que tem contribuído para a do Estado líder da Federação, que, com um governo condizente teria oportunidade de conduzir este Brasil para a sua grande caminhada de redenção econômica.

São Paulo, sendo o estio econômico do Brasil, poderia dar a sua grande demonstração de firmeza inabalável. Mas, com um governo nestas condições, a insegurança é marcante e patente.

Concedo o aparte ao nobre deputado João Batista Botelho.

O Sr. João Batista Botelho — Ouvi o aparte do nobre deputado Scalamantré Sobrinho a respeito dos prédios construídos, parece-me, em diversos pontos desta Capital. É lamentável, e triste ouvirmos numa época como esta notícia como esta. Os Governos, este ou aqueles, devem dar escolas, de qualquer espécie, e seja em quaisquer condições, em barracão, em casebre, se não houver meios até mesmo embaixo de árvores. E veja que o Governo de São Paulo, com prédios de estrutura super-moderna, não luta e não as faz funcionar. Isto é de estarrecer, nobre deputado José Lurtz Sabia, isto é de entristecer isto é de revoltar. E é isto que eu gostaria notassem os Srs. deputados, representantes legítimos da vontade popular, porque a Assembleia Legislativa do Estado é que representa realmente a vontade popular, porque aqui está a representação de todas as ideologias políticas de todos os cultos religiosos, e de todas as camadas sociais; aqui é que está realmente a representação popular. Resta apenas, a cada representante, responsabilizar-se por aquilo que assumiu, pela procura que recebeu do povo, procura esta que não está isenta de prestação de contas, e se colocar em seu verdadeiro lugar e exigir do Governo o cumprimento do seu dever. A Assembleia Legislativa pode e deve fazer com que o Governo de São Paulo cumpra com seu dever. Infelizmente, para tristeza nossa, aparecem sempre uns negócios de nomeações, uns acertos sobre empréstimos em Caixa Econômica, uns empréstimos no Banco do Estado, que impedem muitas vezes os Srs. representantes do povo, de corresponderem aos verdadeiros anseios populares, e isto é o que falta para que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo diga, alto e bom som, que é realmente um poder e que exerce esse poder. Era apenas isto, nobre deputado José Lurtz Sabia.

O Sr. JOSÉ LURTZ SABIA — Muito obrigado pelo aparte ao meu modesto discurso.

É doloroso, nestes dias de matrícula escolar, morando-se num bairro proletário como moro, termos bater à nossa porta algumas dezenas de crianças à procura de uma vaga no ginásio do Estado, e não ter, este deputado, condições para atendê-las. É uma pena! Vemos edifícios, vemos as condições econômico-financeiras do Estado, e vemos também a má vontade do Governo. São Paulo, lastimavelmente, está sujeito a um processo político tal, que mesmo os que defendem o Governo não podem consubstanciar essas defesas por falta de sustentação, de conteúdo.

A Assembleia aprovou um orçamento e deu ao Governo 123 bilhões de cruzeiros, e não sabemos nós em que, como, para que, serão utilizados esses 123 bilhões de cruzeiros.

O governo passado, do qual discordei em vários aspectos, tinha uma vantagem: mandou a esta Casa um Plano de Ação especificando a aplicação de 100 bilhões de cruzeiros. Mal dirigido ou não o plano, vão-se nos recantos deste Estado a ação do governo passado. Tanto é verdade que há edifícios erigidos em todos os recantos desta cidade e do Estado. Fruto de um plano ordenado. Falhas teve, mas ninguém pode negar a ação do governo. E este governo, que há um ano está exercendo a chefia deste grande Estado, o que fez? Nada. Na entrada de Santos há a construção, de um viaduto. Hoje, li em "A Tribuna", de Santos, que o viaduto, ou pontilhão, ou trevo, tinha um contrato para ser entregue 20 meses após o início da construção. Já decorreram 39 meses e o trevo não foi entregue. No bairro de Vila São José um grupo escolar tinha o prazo de entrega para maio de 63. Até agora não foi concluído. Mesmo com os reajustes de 100%. Todas as obras edificadas nesta cidade e no Estado foram começadas no governo passado. Não conheço nem uma obra da atual administração, nem sequer de pavimentação de estradas. Não me ocorre no momento nenhuma. Este deputado tem viajado pelo Interior afora e não descobriu nada. O que tem ouvido o governo é que vai iluminar a Via Anchieta e pediu um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros. Mas até agora nada. O que ouve deste governo é sobre um plano de eletrificação. Até agora

nada. O que ouve deste governo, é sobre financiamento à lavoua.

O Sr. José Batista Botelho — Aumentou os juros e cortou o financiamento.

O Sr. JOSÉ LURTZ SABIA — E com o nome deputado João Batista Botelho, aumentou os juros e cortou o financiamento.

O que tenho visto neste governo, acen-tuadamente, são nomeações em grande escala. É a preocupação da política. Não há uma coordenação. O governo manda para esta Casa o pedido de criação da Secretaria de Planejamento. Se analisarmos o projeto da criação da Secretaria, não vamos encontrar o planejamento, mas o plano da criação da Secretaria para que o governo tenha possibilidade de um acordo político nesta Casa, entregando esta Secretaria a um partido político para lhe dar cobertura, pois foram criadas outras Secretarias e até agora se apresentaram deficientes. Então, a finalidade da criação de uma Secretaria é cobertura política e não a solução de determinados problemas. Quanto à BELSA — Bandeirantes de Eletricidade S/A. — que foi criada para coordenar a eletrificação, há um caso curioso na cidade de Tatuí, em que a população inteira de uma região vem sendo sacrificada há longos anos pela nefasta política de uma companhia hidrelétrica. E até agora o governo, que poderia aproveitar e não o fez, um projeto deste humilde deputado que ocupa a tribuna, que dava uma verba apenas de 3 bilhões e 107 milhões de cruzeiros para desapropriá-la, assim como o Governador Carvalho Pinto desapropriou a Paulista, resolveria o problema de Tatuí e dos Municípios circunvizinhos. Por simples decreto deveria desapropriar aquela companhia, que vem infligindo grande desgraça à população daquela imensa cidade. Em uma hora o governo assistiu a espetáculos deprimentes na cidade de Tatuí: é um juiz que concede uma liminar, entrega a companhia, os bens; é outro juiz que revoga a decisão daquele e a companhia volta para o Município; é o Prefeito que assume a direção da companhia, em detrimento dos interesses da cidade; é a companhia que não serve à cidade há 20 anos; é o Presidente da República que através de decreto desapropriou a companhia; é outro presidente que vem e revoga o decreto do presidente anterior.

Este é o drama de uma cidade chamada Tatuí, infelicidade pela nefasta ação da Companhia de Força e Luz. E nenhuma providência é tomada.

Mas a BELSA manda buscar nesta Casa sete bilhões. O nobre deputado Francisco Salgot Castillon apresenta um projeto de eletrificação rural e o governo, que pede sete bilhões para a BELSA, vota o projeto. E são esses contrastes, essas incongruências...

O Governador precisa de um planejamento, mas não precisa de uma Secretaria. Precisa de uma equipe capaz, mas parece que os Secretários de Estado, escolhidos pelos Governadores que possuíam um certo gabarito, abandonaram o governo nos primeiros dias. E, infelizmente, é essa a situação.

Sai Humberto Monteiro da Fazenda, permanece Baleeiro. Sai Zeferino Vaz, da Saúde, permanece Baleeiro. Saem os bons, permanecem os máus. Até ficar o Governo, que já é mau, totalmente, completamente mau. É uma pena, realmente, Sr. Presidente e Srs. deputados. Maravilha seria se o Governo do Estado aproveitasse os próprios edifícios nessas cidades do Interior, contratasse professores, anunciasse aos quatro cantos do Estado e da Nação que iria dar escola gratuita aos pobres, aos menos afortunados, que iria cooperar decisivamente para o levantamento do nível intelectual de nosso povo, consequentemente, do próprio Estado e da Nação.

Mas, infelizmente, não tem o Governo condições, nem desejo, nem vontade de contribuir, de cooperar para a solução do problema educacional. E o Projeto 621, que cria o colégio estadual do bairro do Sumaré, será aprovada pela Casa e vetado pelo Governador. Mas se no Sumaré, existir escola particular, o Governo vai estar lá, dando assistência a essa escola e desprezando o ensino público. Desgraçadamente essa é a pura realidade. Quem sabe se esta Assembleia, pelo grande número de deputados e diante de todas essas contradições irá reagir um dia e colocar os pingos nos "ii". Quem sabe se o povo, no seu clamor será um dia ouvido pelos seus representantes. Quem sabe, Sr. Presidente, Srs. deputados, se outros dias não virão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. deputados, tratando de assunto tão importante como é o problema educacional, verifico que o Plenário apresenta um número reduzido de parlamentares, razão por que solicito a V. Exa. determine uma verificação de presença.

O Sr. PRESIDENTE — O pedido de V. Exa. é regimental. Na ausência dos Srs. Secretários, convido os nobres deputados Sival Antunes de Souza e Raul Schwinden a auxiliarem a Mesa na verificação de presença.

— É feita a chamada.

O Sr. PRESIDENTE — Responderam à verificação de presença 19 srs. deputados. Não há "quorum" para o prosseguimento dos nossos trabalhos. Antes de encerrar a sessão, a Presidência convocou, de ofício, sessão extraordinária para às 20,00 horas, com a ordem do dia já anunciada.

Está encerrada a sessão.

— Nada mais havendo a tratar, levantamos a sessão.